

Pecha kucha

Ciência aberta no Brasil em disputa: um olhar a partir das narrativas da comunidade acadêmica e de gestores de CT&I

Open science in Brazil under dispute: a perspective based on the narratives of the academic community and ST&I managers

La ciencia abierta en Brasil en disputa: una mirada desde las narrativas de la comunidad académica y de los gestores de I+D+i

Josimara Dias Brumatti

Doutoranda em Ciência da Informação

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia Universidade Federal Fluminense

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7199-2404>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7201232184472663>

E-mail: josimaradias@id.uff.br

Kizi Mendonça de Araújo

Doutorado em Ciências Fundação Oswaldo Cruz

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9378-32991>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3332611050599580>

E-mail: kizi.araujo@fiocruz.br

Simone da Rocha Weitzel

Doutorado em Ciência da Informação Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6498-9861>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9686940788640111>

E-mail: sweitzel@unirio.br

Resumo

Este trabalho analisa as estratégias adotadas pelo governo brasileiro para a implementação da ciência aberta, com foco nos acordos transformativos (ATs) e pagamentos de Article (APCs), considerando a ausência de uma política pública nacional mais ampla e integrada. A justificativa da pesquisa parte do crescente investimento da CAPES em ATs com editoras estrangeiras que, em 2024, ultrapassou os U\$ 43 milhões, e da manutenção do Portal de Periódicos, em detrimento de ações voltadas ao fortalecimento de infraestruturas nacionais de acesso aberto, como repositórios e periódicos diamante. A metodologia é qualitativa e documental, com análise textual discursiva de quatro textos representativos: dois de gestores de CT&I (CAPES e CNPq) e dois da comunidade científica. Os resultados revelam divergências entre as narrativas: enquanto os gestores apontam dificuldades estruturais e financeiras para a plena adoção da ciência aberta, a comunidade científica defende sua urgência e viabilidade, propondo políticas integradoras e de baixo custo. O estudo conclui que as estratégias atuais reforçam modelos editoriais caros e excludentes. Propõe-se a criação de um plano nacional multissetorial de ciência aberta que fortaleça a soberania científica brasileira, democratize o acesso ao conhecimento, e alinhe o país aos princípios internacionais de abertura, equidade e sustentabilidade da ciência.

Palavras-chave: Ciência Aberta; Acordos Transformativos; Política Científica e Tecnológica; Brasil.

Abstract

This paper analyzes the strategies adopted by the Brazilian government for implementing open science, focusing on transformative agreements (TAs) and payments of Article Processing Charges (APCs), considering the lack of a broader and more integrated national public policy. The research is grounded in CAPES's growing investment in TAs with foreign publishers, which exceeded U\$ 43 million in 2024, as well as in the maintenance of the CAPES Journals Portal, to the detriment of initiatives aimed at strengthening national open access infrastructures, such as institutional repositories and diamond journals. The methodology is qualitative and documentary, involving discursive textual analysis of four representative sources: two from Science, Technology, and Innovation managers (CAPES and CNPq) and two from the scientific community. The results reveal divergences between the narratives: while managers point out structural and financial difficulties for the full adoption of open science, the scientific community emphasizes its urgency and feasibility, proposing integrative and low-cost policies. The study concludes that current strategies reinforce costly and exclusionary publishing models. It proposes the creation of a multi-sectoral national open science plan to strengthen Brazilian scientific sovereignty, democratize access to knowledge, and align the country with international principles of openness, equity, and sustainability in science.

Keywords: Open science; Transformative agreements; Scientific and technological policy; Brazil.

Resumen

Este trabajo analiza las estrategias adoptadas por el gobierno brasileño para la implementación de la ciencia abierta, con enfoque en los acuerdos transformativos (ATs) y pagos de Article Processing Charges (APCs), considerando la ausencia de una política pública nacional más amplia e integrada. La justificación para esta investigación se basa en la creciente inversión de CAPES en ATs con editoriales extranjeras, que en 2024 superó los U\$ 43 millones, así como en el mantenimiento del Portal de Periódicos de CAPES, en detrimento de acciones orientadas a fortalecer infraestructuras nacionales de acceso abierto, como repositórios y periódicos diamante. La metodología es cualitativa y documental, con análisis textual discursiva de cuatro textos representativos: dos de gestores de I+D+i (CAPES y CNPq) y dos de la comunidad científica. Los resultados revelan divergencias entre las narrativas: mientras los gestores señalan dificultades estructurales y financieras para la adopción plena de la ciencia abierta, la comunidad

científica defende sua urgência e viabilidade, propondo políticas integradoras e de baixo custo. El estudio concluye que las estrategias actuales refuerzan modelos editoriales costosos y excluyentes. Se propone la creación de un plan nacional multisectorial de ciencia abierta que fortalezca la soberanía científica brasileña, democratice el acceso al conocimiento y alinee el país con los principios internacionales de apertura, equidad y sostenibilidad de la ciencia.

Palabras clave: Ciencia abierta; Acuerdos transformativos; Política científica y tecnológica; Brasil.

Introdução

As questões que envolvem a implantação da ciência aberta em cada país vêm sendo deturpadas em narrativas que justificam decisões governamentais desarticuladas de ações e políticas mais abrangentes, justas, orgânicas e integradoras. O caso da publicação científica em acesso aberto é o exemplo mais emblemático, especialmente em relação aos artigos de acesso aberto, transfigurados em taxas de processamento de artigos e acordos transformativos (ATs), e ao compromisso da comunidade científica em garantir o acesso contínuo a dados de pesquisa financiada com recurso público.

No caso do Brasil, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) vem investindo em acordos de leitura e publicação baseados em assinaturas e pagamentos de Article (APCs) e ATs para promover o acesso a artigos publicados em revistas, basicamente do Norte Global. Os valores pagos aos APCs em 2024, segundo a plataforma OpenAlex, somaram U\$ 43.050.000¹. Quanto ao Portal de Periódicos da CAPES, no mesmo ano, o investimento somou U\$ 78.680.920,54², pagos a um grupo seleto de editores comerciais estrangeiros que detém um monopólio de títulos com alto fator de impacto. Parte desses recursos poderia apoiar a infraestrutura necessária para a prática da ciência aberta, fortalecendo repositórios e periódicos em acesso aberto diamante. Com a diminuição dos custos destinados à produção e disseminação científica no país, o investimento em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) e na educação superior poderia ser mais significativo.

Dessa forma, a pesquisa revisitou alguns pontos críticos das estratégias atuais do governo brasileiro, sobretudo em relação à sua sustentabilidade, tendo em vista os altos custos para financiar o Portal de Periódicos da CAPES, pagamento de APCs e ATs. Essas estratégias vêm sendo fortalecidas por agentes públicos como a CAPES e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em detrimento da necessidade, em caráter urgente, de implementar uma política orientada para a ciência aberta, mais abrangente, justa, orgânica e integradora. O estudo visa, portanto, desenvolver uma breve reflexão sobre os caminhos para a ciência aberta no Brasil, a partir das narrativas de gestores de CT&I e da comunidade científica que defende o movimento da ciência aberta.

¹ OpenAlex. (2024). <https://surl.lu/xaumpl>.

² CAPES. Orçamento: evolução em reais. (2024). Disponível em: <https://surl.lu/hlfyxb>.

Abordagem Metodológica

Trata-se de uma pesquisa documental de abordagem qualitativa, que tem como corpus de análise quatro documentos:

Quadro 1: Documentos analisados

Nº	Documento	Autoria/Instituição	Ano
1	Relatoria da Conferência Livre – Acesso Aberto: Possibilidades e Limites dos Acordos Transformativos e APCs	Fiocruz	2024
2	Ciência Aberta: uma visão desapaixonada	Menezes; Galvão	2025
3	Promoção e Implementação da Ciência Aberta no Brasil: resposta ao texto ‘Ciência Aberta: uma visão desapaixonada’	Medeiros et al.	2025
4	Ciência Aberta: uma outra visão desapaixonada	Rede Brasileira de Reprodutibilidade	2025

Fonte: Elaboração própria (2025)

O documento nº 1 diz respeito à relatoria da Conferência Livre Acesso Aberto: Possibilidades e Limites dos Acordos Transformativos e APCs, realizada nos dias 9 e 10 de abril de 2024, pela Fundação Oswaldo Cruz, na cidade do Rio de Janeiro, como contribuição para a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, e contou com a participação de 2 representantes da CAPES. O documento nº 2 diz respeito a um texto de opinião divulgado e redigido por representantes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Já os documentos nº 3 e 4 são textos que representam as respostas de dois grupos da comunidade científica brasileira ao documento nº 2.

A escolha dos documentos justifica-se por se tratar de manifestações públicas de gestores responsáveis pelo direcionamento de políticas e ações para a implementação de práticas de ciência aberta no Brasil, bem como de representantes da comunidade científica defensora da abertura da ciência. Foi realizada a análise textual discursiva, que busca compreender fenômenos a partir dos discursos dos textos estudados (Moraes; Galiuzzi, 2020).

Resultados

A análise dos resultados está dividida em dois blocos: a) narrativa dos gestores e b) narrativa da comunidade científica.

a) Narrativa dos gestores

O documento nº 1 apresenta a relatoria de duas palestras com representantes da

CAPES durante o evento da Fiocruz. A primeira abordou um estudo sobre ATs na Alemanha e Colômbia que embasou as diretrizes da CAPES, destacando a emergência desses acordos na via dourada. A segunda palestra enfatizou o papel do Portal de Periódicos da CAPES na democratização do conhecimento, e detalhou etapas para a construção dos ATs, como consultas à comunidade científica (com 62% contrários aos ATs), workshop temático e parcerias, como o acordo com a American Chemical Society (ACS) (US\$ 5,8 milhões). Também foram mencionadas ações como o fortalecimento da SciELO e editais para a editoração nacional (Fundação Oswaldo Cruz, 2024a; 2024b).

O Documento nº 2 parte do princípio de que pesquisas financiadas com recursos públicos devem ter seus dados e publicações abertos, mas destaca os desafios da ciência aberta, como a falta de recursos e competências técnicas para lidar com políticas editoriais e gestão de dados. Os autores criticam a rápida adoção dos ATs e APCs por grandes editoras, e alertam para os altos custos e complexidades da gestão de repositórios, citando o caso do ARCA Dados da Fiocruz. Defendem que a implementação da ciência aberta deve ser cuidadosamente planejada e regulamentada em nível federal, além de considerar possíveis riscos à soberania nacional (Menezes; Galvão, 2025).

b) Narrativa da comunidade científica

O Documento nº 3, assinado por diversos defensores da ciência aberta no Brasil, reconhece seus desafios, mas afirma sua importância estratégica para a inovação e para o impacto da pesquisa nacional. Ele propõe a criação de um plano de ação multissetorial, destaca a necessidade de investimento em infraestruturas já existentes e critica os ATs e os APCs, alinhando-se ao movimento internacional que prioriza o apoio a soluções nacionais e sustentáveis de publicação e alertando que o Brasil pode comprometer sua colaboração internacional se não seguir nessa direção.

O Documento nº 4, elaborado pela Rede Brasileira de Reprodutibilidade, e apoiado por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, reconhece a importância da ciência aberta e a necessidade de sua implementação. Em resposta ao texto dos gestores do CNPq (Menezes; Galvão, 2025), os autores criticam a abordagem limitada que enfatiza os custos da ciência aberta e as dificuldades de compartilhamento de dados, o que pode desestimular a adesão da comunidade científica. Em contraponto, defendem estratégias viáveis e sustentáveis já disponíveis, como os repositórios institucionais, que promovem o acesso aberto com menor custo. Por fim, sugerem que o CNPq adote uma postura mais propositiva na condução de políticas para a ciência aberta no Brasil.

Embora com distintos discursos, ambas as narrativas convergem no que diz respeito às ideias e conceitos defendidos. A síntese desses conceitos é apresentada no Quadro 2.

Quadro 2. Quadro-síntese dos conceitos e propostas das narrativas.

Narrativas	Conceitos Defendidos	Ações Propostas
Gestores	<p>Dificuldades que envolvem os recursos para lidar com as políticas editoriais de acesso aberto.</p> <p>Alto custo para manter e disponibilizar metadados e dados de pesquisas científicas em repositórios próprios.</p> <p>Ideia da ciência aberta como uma utopia, uma realidade inatingível.</p>	<p>Financiamento contínuo do Portal da CAPES.</p> <p>Pagamento de APCs e acordos transformativos.</p> <p>A valorização da SciELO e o lançamento de edital para o fomento da editoração nacional.</p>
Comunidade Científica	<p>Valorização do acesso aberto como mecanismo de garantir o acesso ao conhecimento como um bem público e promotor do avanço e confiabilidade da ciência.</p> <p>Acordos transformativos como uma estratégia que vai na contramão do movimento de ciência aberta.</p> <p>Valorização do acesso aberto verde como estratégia de abertura da ciência brasileira.</p> <p>Responsabilização dos gestores de CT&I para o incentivo e implementação de práticas de ciência aberta.</p> <p>Reconhecimento da ciência aberta como um caminho inevitável e necessário.</p>	<p>Defesa da criação de uma política e de um Plano Nacional para Implementação e Promoção da Ciência Aberta, com o estabelecimento de ações multisectoriais e multidisciplinares de curto, médio e longo prazo com vistas a estabelecer uma cultura de ciência aberta no Brasil.</p> <p>Defesa da implementação de estratégias de práticas abertas já disponíveis e de baixo custo para promoção da ciência aberta.</p> <p>Incentivo para adesão dos pesquisadores às práticas de abertura do conhecimento produzido, principalmente no que diz respeito ao compartilhamento de dados.</p>

Fonte: Elaboração própria (2025)

Os ATs firmados pela CAPES apresentam semelhanças com os modelos adotados na Alemanha, como o acordo com a Wiley (2025), que prevê isenção de APCs para periódicos híbridos, e descontos em periódicos dourados para autores da América Latina e Caribe. No entanto, essa ênfase em periódicos híbridos contrasta com os esforços recentes por acesso aberto diamante promovidos na América Latina e Caribe, África e Europa. As iniciativas nacionais de apoio, como a valorização da SciELO³ e editais para periódicos

³ A CAPES em 2024 firmou acordo com a FapUnifesp, com o objetivo de fortalecer a infraestrutura e a capacidade operacional do Scientific Electronic Library Online (SciELO), com recursos empenhados de R\$ 15 milhões para o triênio de 2024-2026 para, segundo o governo, promover a visibilidade global dos periódicos nacionais (BRASIL, 2025).

indexados, ainda são limitadas, e não abrangem amplamente os periódicos brasileiros. Na Europa, estudos como o de Šimukovič (2024), apontam que os ATs têm reforçado o modelo APC, criando novas barreiras e transformando o princípio de “pague para ler” em “pague para publicar”, o que pode ampliar desigualdades e contrariar os princípios da BOAI (2002), que defendem a distribuição mais equitativa do conhecimento (Cumbre Global sobre Acesso Aberto Diamante, 2024; 2nd Global Summit on Diamond Open Access, 2024; Ancion, Zoé et al., 2022).

Considerações Finais

As discussões em torno da ciência aberta no Brasil revelam um cenário marcado por disputas narrativas, contradições políticas e desafios estruturais. Enquanto a comunidade científica brasileira clama por políticas públicas mais integradoras, sustentáveis e alinhadas com os princípios da abertura do conhecimento, as ações governamentais – neste estudo em específico, da CAPES e do CNPq – ainda priorizam modelos caros e excludentes, como os acordos transformativos e o pagamento de APCs a grandes editoras estrangeiras.

A análise das narrativas evidencia que a ausência de uma política nacional de ciência aberta, clara e participativa, tem levado a decisões fragmentadas e pouco articuladas com as reais necessidades da ciência brasileira. Em contraste, experiências internacionais e o próprio histórico pioneiro do Brasil no acesso aberto mostram que há caminhos alternativos mais justos, viáveis e sustentáveis, como o fortalecimento do acesso aberto verde, com os repositórios institucionais integrados ao processo de comunicação científica, e dos periódicos de acesso aberto diamante.

A ausência de uma política nacional cria espaço para decisões pontuais guiadas por interesses setoriais, em vez de promover uma visão estratégica da ciência enquanto bem público. A atual estratégia não só compromete a soberania, mas também reproduz a dependência estrutural da ciência periférica. O Brasil poderia se posicionar como referência internacional em modelos mais sustentáveis de ciência aberta, mas os investimentos atuais o colocam em rota contrária.

Nesse sentido, é urgente que o país repense suas estratégias e investimentos em CT&I, adotando uma agenda de ciência aberta que vá além do financiamento de modelos editoriais concentradores e transacionais. É necessário construir um plano nacional que envolva múltiplos atores, fomente infraestruturas públicas de ciência, garanta o acesso ao conhecimento como bem comum, e promova a soberania científica e tecnológica do Brasil.

Conflito de Interesses

Os autores declaram não haver conflitos de interesses.

Disponibilização dos Dados de Investigação

A pesquisa foi realizada nos documentos mencionados.

CRedit – Contribuições dos Autores

Josimara Dias Brumatti | Escrita, Revisão e edição

Kizi de Araújo | Escrita, Levantamento de dados, revisão e edição Simone da Rocha

Weitzel | Escrita, Revisão e edição, Supervisão

Referências

Ancion, Zoé et al. (2022). Action Plan for Diamond Open Access <https://www.scienceeurope.org/our-resources/action-plan-for-diamond-open-access/>

Brasil. Presidência da República. (2025). Mensagem ao Congresso Nacional 2025. Brasília. https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/mensagem_pdf/mcn-2025-digital-v1.pdf/

Budapest Open Access Initiative. (2002). <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/read/>. Cumbre Global sobre Acesso Aberto Diamante. (2024). Manifiesto sobre la Ciencia como Bien Público

Global: Acceso Abierto No Comercial. <https://globaldiamantoea.org/manifiesto/#/>

Fundação Oswaldo Cruz. (2024a). Acesso Aberto: Possibilidades e Limites dos Acordos Transformativos e APCs Relatoria da Conferência Livre. FioCruz. https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/aogp/planos-de-acao/6deg-plano-de-acao-brasileiro/compromisso-3/relatorio_fiocruz_5cnct.pdf.

Fundação Oswaldo Cruz. (2024b). Acesso Aberto: Possibilidades e Limites dos Acordos Transformativos e APCs. disponível em <https://www.youtube.com/live/1tNK1lgalkDM>.

Medeiros, CB. et. al. (2025). Promoção e Implementação da Ciência Aberta no Brasil: resposta ao texto “Ciência Aberta: uma visão desapaixonada”. Zenodo. <https://doi.org/10.5281/zenodo.14894656>.

Menezes, D. P.; Galvão, R. (2025). Ciência Aberta: uma visão desapaixonada. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/atualidades/ciencia-aberta-uma-visao-desapaixonada>

Moraes, R.; Galianzi, M. C. (2020). Análise Textual Discursiva. 3 ed. rev. e ampl. Ijuí: UNIJUÍ.

2nd Global Summit on Diamond Open Access. (2024). Centering social justice in scholarly communication to advance research as a public good. <https://doasummit.uct.ac.za/pt/>.

Rede Brasileira de Reprodutibilidade. (2025). Ciência Aberta: uma outra visão desapaixonada. 12p. <https://www.abecbrasil.org.br/2025/01/ciencia-aberta-outra-visao-desapaixonada/>.

Wiley. (2025). Acordo Transformativo (acesso aberto) para autores de instituições afiliadas à CAPES. <https://www.wiley.com/en-br/publish/open-access/oa-agreement>.